

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.234 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2001

Líderes buscam acordo para votações no Congresso

Líderes de todos os partidos reúnem-se hoje, às 9h, para discutir uma pauta consensual que possibilite a retomada das votações no Congresso Nacional. Desse encontro poderá surgir um entendimento sobre as medidas provisórias a serem apreciadas na sessão marcada para as 11h. Na sessão de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães advertiu que não votar as MPs incluídas na convocação extraordinária colocaria o Parlamento em uma situação difícil diante do país.

PÁGINA 3

Senado reage contra boicote à carne brasileira

O embargo à importação de carne bovina brasileira, anunciado pelos governos do Canadá, do México e dos Estados Unidos, provocou fortes reações no Senado. O Plenário aprovou a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e da Agricultura, Pratini de Moraes, para dar explicações sobre o assunto. Os parlamentares não aceitam o pretexto do boicote: dúvidas quanto à possível incidência da doença da vaca louca no rebanho nacional. Vários senadores também manifestaram insatisfação com as providências adotadas a respeito do tema pelo governo brasileiro.

PÁGINA 8



Alguns senadores pediram mudanças na forma com que o governo trata questões comerciais de interesse do país

CCJ aprecia uniformização de mandatos no Judiciário

PÁGINA 5



Álvaro Dias depõe na Câmara em processo contra Eurico Miranda

PÁGINA 5

Geraldo Althoff e Álvaro Dias estiveram com o corregedor da Câmara, Severino Cavalcanti. Segundo Álvaro, há indícios suficientes para a cassação do mandato de Eurico Miranda

CRE só examina restrição a armas após o dia 15

PÁGINA 5

Jefferson Péres explica razões de sua candidatura

PÁGINA 4

Maguito propõe redução no recesso parlamentar

Senador entende que, com um período menor, raramente haveria necessidade de convocação extraordinária, porque o Congresso funcionaria 11 meses por ano e teria mais tempo para analisar e votar os projetos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) começou ontem a recolher assinaturas para apresentar proposta de emenda constitucional (PEC) reduzindo de 92 para 30 dias o tempo de recesso parlamentar no Brasil. Se a medida for aprovada, o Congresso começaria a funcionar no dia 15 de janeiro e encerraria os trabalhos em 15 de dezembro.



Maguito pretende impedir críticas à convocação

O objetivo do parlamentar é evitar situação que, em sua opinião, se repete sempre que há convocação extraordinária — a insatisfação da opinião pública e as críticas da mídia contra os gastos extras despendidos com o trabalho dos parlamentares.

Maguito Vilela explicou que a convocação extraordinária do Legislativo é sempre demandada pelo Executivo, que este ano a solicitou para a votação de medidas provisórias. Mas, no entender do parlamentar, o desgaste com essa convocação fica freqüentemente com o Parlamento.

O senador imagina que, diminuindo o recesso parlamentar para 30 dias anuais, raramente haveria necessidade de convocação extraordinária, uma vez que o Congresso funcionaria 11 meses por ano e teria mais tempo para analisar e votar projetos.

Em defesa da proposta, Maguito Vilela afirmou que ela moralizará o

Brasil e o tornará mais justo e com menos privilégios. Na opinião do senador, essa mudança acabará com uma vantagem inaceitável, dará mais velocidade ao Legislativo e deixará os parlamentares em situação de igualdade com a maioria dos trabalhadores, que desfrutam férias de 30 dias anuais. “Essa proposta não tem cunho demagógico”, assegurou ele.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o modelo proposto por Maguito difere do adotado nos Parlamentos da maior parte do mundo desenvolvido, em que há poucas reuniões e os políticos recebem salários mais baixos. Na opinião de Ademir, para suprimir as críticas à convocação extraordinária seria melhor limitar a edição de medidas provisórias.

ACM prevê vitória de Inocêncio na Câmara e surpresa no Senado

O senador Antonio Carlos Magalhães previu, no início da tarde de ontem, a vitória do candidato do PFL, Inocêncio de Oliveira, na disputa pela Presidência da Câmara, e “surpresas” na eleição de seu sucessor na Presidência do Senado.

— Eu acho que o Inocêncio vai vencer a eleição. Assim querem os deputados; talvez não as cúpulas partidárias. Ele vai vencer, e nós vamos ter boas e agradáveis surpresas no Senado — afirmou.

Com relação à disputa eleitoral no Senado, Antonio Carlos explicou que a transferência da

reunião da bancada do PFL para a próxima terça-feira foi “um adiamento tático” com objetivo de ganhar tempo na busca de um candidato ideal para ocupar a Presidência da Casa. A reunião do partido estava marcada para ontem, às 11 horas.

Ele enfatizou que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) tem “todas as qualidades” para ocupar o cargo de presidente, mas admitiu que “provavelmente não será o candidato apoiado pelo PFL em função de integrar o bloco de oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso”.

CAE votará projeto de Valadares que facilita compra da casa própria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar, em uma de suas primeiras reuniões na retomada dos trabalhos ordinários do Senado, projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) permitindo que a população de baixa renda se associe em grupos de quatro a 80 pessoas para conseguir financiamento para a aquisição da casa própria.



Valadares: facilidade para população de baixa renda

Os beneficiários não poderão ter renda familiar superior a 20 salários mínimos (R\$ 3.020) e deverão adquirir previamente o terreno destinado ao empreendimento. O número de associados deverá corresponder ao número de unidades habitacionais projetadas e deverá haver responsabilidade solidária,

entre os integrantes do grupo, com relação às obrigações assumidas.

Ao pedir apoio para o projeto, Valadares referiu-se à elevada taxa de mobilidade entre os brasileiros atendidos pelos atuais programas habitacionais de interesse social. Ele observou que, mal recebe a moradia, ou a tem regularizada, o beneficiário mais pobre é freqüentemente instado a vendê-la para pessoa de estrato de renda um pouco mais elevado.

O senador também constatou que a chamada “baixa classe média” não consegue inserir-se no mercado formal da incorporação imobiliária, porque os incorpora-

dores preferem vender os imóveis para os que, por disporem de renda mais elevada, já são proprietários de uma moradia.

Na opinião de Valadares, serão inúmeras as vantagens para quem usar essa modalidade de produção habitacional por ele idealizada. Além da liberdade de escolha da localização e do padrão dos imóveis, os grupos de associados, segundo o senador, serão beneficiados com custos reduzidos em até 40%, já que haverá a gestão direta dos empreendimentos.

O projeto já tem parecer favorável do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e receberá decisão terminativa. Isso significa que, se for aprovado pela CAE, seguirá para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para o Plenário, apresentado por um décimo dos senadores.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO
14h30 — Sessão não deliberativa
COMISSÃO
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 44/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corden), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes; PLC nº 103/2000, altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 8.620/93 (infração por servidor contra a Previdência Social); e PLS nº 276/2000, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. Ala Senador Alexandre Costa — sala 3
ESPECIAL
12h — Cultura ao Meio-Dia Filme: O Primeiro Dia, de Daniela Thomas e Walter Salles. Auditório Petrônio Portella
PREVISÃO PLENÁRIO
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: agenda em aberto
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso tenta hoje entendimento para votar

Reunião de lideranças, às 9h, definirá as medidas provisórias que poderão ser apreciadas na sessão conjunta convocada para as 11h. Antonio Carlos Magalhães faz apelo em favor da desobstrução da pauta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou sessão do Congresso para hoje, às 11 horas. A sessão será iniciada com a discussão e a votação das emendas à medida provisória que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transfere o controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional. O texto principal da MP já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Desde a rejeição da medida provisória que trata do pagamento dos salários no Poder Executivo, parte da bancada do governo passou a obstruir a pauta de votação da convocação extraordinária. Na sessão de ontem, após apelo feito pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, líderes governistas e de partidos de oposição concordaram em tentar um entendimento para definir uma pauta consensual que possibilite a retomada das votações. A reunião das lideranças está marcada para hoje, às 9 horas. Deste encontro poderá surgir um entendimento sobre as MPs que deverão ser votadas na sessão das 11h.

Ao defender a desobstrução da pauta, Antonio Carlos disse que não votar as medidas provisórias incluídas na convocação extraordinária colocaria o Parlamento em uma situação difícil diante do país. Ele acrescentou que estaria disposto até a modificar o critério de colocar em votação, inicialmente, as MPs mais antigas, desde que houvesse um acordo entre os líderes. "Apelo ao bom senso, sem nenhum interesse na decisão, porque já ressalvei a minha posição, que é a de que haja votação", disse Antonio Carlos.

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), aceitou a sugestão de Antonio Carlos e concordou em desobstruir a pauta da convocação extraordinária se houver um entendimento na reunião das lideranças. Alguns parlamentares da oposição também se pronunciaram, dizendo que aceitavam o apelo do presidente do Senado. O vice-líder do PT, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou duas condições para o entendimento: a primeira é que a votação seja retomada a partir da MP sobre os recursos do FAT. A segunda é que sejam colocadas na pauta consensual medidas provi-



Antonio Carlos teme prejuízos à imagem do Congresso, caso prossiga a obstrução da pauta



A sessão de ontem foi encerrada na votação de emenda à medida provisória do FAT

sórias que também atendam aos interesses da oposição.

DIÁLOGO

Em entrevista ao final da sessão, Antonio Carlos comentou que, mesmo sem a votação de nenhuma matéria, a sessão do Congresso de ontem tinha sido produtiva pela abertura de diálogo para um possível acordo. "Depois do apelo que fiz, a situação mudou, até porque vamos conseguir continuar a votação interrompida", disse. O senador acrescentou que a convocação extraordinária valerá à pena se houver espírito público e os parlamentares conseguirem votar um bom número de medidas provisórias nas últimas sessões do período.

Falta de quorum motivou a busca de acordo

Por falta de entendimento entre as lideranças partidárias, foi suspensa ontem à noite a tentativa de retomada da votação das medidas provisórias que constam da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que preside o Congresso, encerrou a sessão quando foi constatada a falta de *quorum* para se apreciar uma emenda à Medida Provisória 2.114, que teve a votação interrompida na semana passada.

Duas horas antes, a sessão da Câmara chegou a registrar gran-

de presença de deputados em plenário. Mas os líderes dos partidos da base governista – com exceção do PFL – decidiram promover a obstrução das votações, sob o argumento de que não haveria clima político para a votação de medidas provisórias importantes enquanto não fosse concluído o processo de escolha dos novos presidentes da Câmara e do Senado.

– Recomendo a cada líder da base aliada que não votemos nada até o dia 14 – afirmou em plenário o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), refe-

rindo-se à data das eleições dos novos presidentes das duas Casas. "É fundamental que não apreciemos neste momento medidas que possam ser lesivas à economia brasileira", sugeriu o deputado.

O presidente do Senado pediu aos líderes que buscassem um entendimento que permitisse a retomada das votações. Ele anunciou que estaria disposto a acolher o resultado de um eventual acordo, mesmo que isto prejudicasse o critério adotado antes, de colocar em pauta inicialmente as matérias mais antigas.

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desamparamento do PLS 104, de 1995	Os projetos tramitam em conjunto. Por solicitação do governo, a CCJ decidiu suspender a tramitação do PLC 10/96
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade	Romeu Tuma (PFL-SP)			
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	A CCJ aprovou o parecer no dia 31/01. Ontem (6/02), foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, que será apreciada em Plenário na sessão de amanhã
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na pauta da CRE. Segundo Pedro Piva, vice-presidente da CRE, a comissão não deverá realizar mais reuniões até o fim da convocação extraordinária, em 14/02
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo	Djalma Falcão (ex-senador)		Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional	José Roberto Arruda (PSDB-DF)			
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS)	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)	No dia 05/02, o relator apresentou voto pela aprovação, sem alterações ao projeto original	O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza hoje
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (institui regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho)	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)		O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza hoje
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)		O projeto está na pauta da reunião que a CCJ realiza hoje

Jefferson defende gestão democrática e ética

Lançado pelos partidos de oposição para disputar a Presidência da Casa, senador reafirma que o seu objetivo é a vitória, e define candidatura como “missão, fruto de circunstância histórica, e não de vaidade pessoal”

A um Plenário que o ouviu em respeitoso silêncio, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ontem que fará “gestão democrática e voltada para a ética”, caso seja eleito presidente do Senado no próximo dia 14. Candidato da oposição, Jefferson discursou para explicar as razões que o levaram a aceitar a indicação do PT, PSB, PDT e PPS, prometendo para breve apresentar a sua plataforma de trabalho, a ser redigida juntamente com os senadores dos partidos que o apóiam.

— As propostas da minha candidatura serão inspiradas no desejo de levar o Poder Legislativo ao encontro dos anseios populares, mas desde já antecipo que terão como pontos fundamentais o princípio da gestão democrática e o papel de relevo a ser dado ao Conselho de Ética no funcionamento desta Casa — disse.

O pronunciamento de Jefferson interessou não apenas aos senadores, mas levou ao plenário deputados do PDT como Miro Teixeira (RJ) e Alceu Collares (RS). No momento em que o candidato discursava, foram até a Mesa os deputados Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ricardo Barros (PPB-PR), respectivamente líder e vice-

líder do governo na Câmara. Falando pausadamente, Jefferson classificou sua candidatura como “missão, fruto de circunstância histórica, e não de vaidade pessoal”.

— Quem sabe, contra todas as previsões e expectativas, os senadores, senão todos, muitos, votarão inspirados nos grandes vultos que povoaram este Plenário, como Rui Barbosa, Nereu Ramos, Milton Campos, Afonso Arinos e Mário Covas — conclamou.

Jefferson reclamou para si o papel de um candidato em luta pela vitória e não o porta-voz de um “gesto simbólico de protesto”, mas advertiu para a necessidade de apoio suprapartidário, de modo que a candidatura perca sua aparência de fan-



Jefferson Péres ainda considera possível receber o apoio da bancada do PFL

tasia e ingenuidade, já que é opositorista e filiado a partido pequeno. Ainda assim, observou que a acusação de ingenuidade deve ser encarada como elogio.

— Estou convencido de que o ser humano que não conserva dentro de si um pouco de inocência terá perdido muito de sua essência e também, portanto, da sua decência. Não creio que valesse a pena continuar na vida pública se eu perdesse a capacidade de me indignar e sonhar — disse o senador. Ele traçou a hierarquia em que o interesse público se sobrepõe aos interesses pessoais e conveniências partidárias.

Ao comentar a receptividade de seu pronunciamento, Jefferson Péres citou o falecido senador Otávio Mangabeira, para quem “discursos mudam opiniões, mas não mudam votos”. O candidato da oposição, que irá pedir votos a todos os senadores, acredita que o PFL só teria vantagens em apoiá-lo, pois, além de derrotar Jader Barbalho (PA), candidato do PMDB, viabilizaria a candidatura do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) à Presidência da Câmara. Quanto à possível reação do governo, o senador apenas lançou uma questão:

— O que o governo poderia fazer, expulsar o PFL da sua base de apoio?

Simon e Requião elogiam, Cabral anuncia voto

Três senadores que não pertencem ao Bloco Oposição apartearam o discurso em que o senador Jefferson Péres anunciou formalmente sua candidatura à Presidência do Senado. Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou o voto em Jefferson. Roberto Requião (PMDB-PR) propôs uma sabatina dos dois candidatos, enquanto Pedro Simon (PMDB-RS), mesmo sem votar no senador opositorista, elogiou o alto nível em que ele situou o debate.

— O espetáculo que temos visto não soma para ninguém, nem para o país nem para o Senado. E de repente ouvimos um discurso profundo, poético, que não vemos desde Rui Barbosa. Um discurso que trata com carinho as idéias, o pensamento, e que transforma este em um grande dia. Gostaria de votar em Vossa Excelência, mas não posso. Gostaria que o outro candidato elevasse o debate ao mesmo nível de Vossa Excelência — afirmou o senador Simon.

Bernardo Cabral disse que já comunicou à liderança do seu partido que votará em Jefferson Péres, uma vez que o PFL não tem candidato próprio.

— Vou votar com o meu estado, o Amazonas. O senador Jefferson Péres nasceu no mesmo estado que eu, no mesmo ano e no mesmo mês, apenas oito dias antes. É um homem honrado e competente, com quem sempre tive grande identificação e amizade — destacou Bernardo Cabral.

Requião elogiou Jefferson por “estabelecer o contraditório e quebrar a paz dos cemitérios” no Senado. Para Requião, “esta eleição não pode ser a eleição das conversas de corredor, ao pé-do-ouvido”.

— Proponho que os dois candidatos subam à tribuna para apresentar suas propostas, suas idéias, e sejam sabatinados como o são aqui os ministros indicados para tribunais superiores e os embaixadores brasileiros designados para países estrangeiros. Trinta minutos

para cada um. Se houver um terceiro candidato, 20 minutos para cada um. Meu partido, o PMDB, lançou candidato, mas eu voto de acordo com os seguintes critérios: em primeiro lugar, a minha consciência. Em segundo lugar, o meu país. Só em terceiro lugar, coloco o meu partido — disse Requião.

A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), ressaltou que o silêncio do Plenário era “o maior sinal de respeito” que a candidatura de Jefferson Péres poderia receber do Senado. “É uma candidatura suprapartidária, acima de ideologias, corajosa, nascida para enfrentar a disputa desqualificada e despolitizada que se trava no Senado”, afirmou a senadora.

Ao todo, foram 12 apartes. Falaram ainda Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Carlos Wilson (PPS-PE), Paulo Hartung (PPS-ES), José Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).



Arlindo Porto quer evitar que os consorciados sejam prejudicados por liquidação de administradoras

CAE avalia projeto que protege consorciado contra administradoras

Projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que institui o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios poderá entrar em votação tão logo termine o prazo de apresentação de emendas, em 19 de fevereiro. O projeto tem como objetivo proteger o consorciado contra a inadimplência das administradoras.

Arlindo Porto explica que, apesar de a administradora de consórcios exigir alguma garantia do consorciado, geralmente não oferece, em contrapartida, qual-

quer tipo de garantia quanto ao cumprimento de suas obrigações.

— Por esse motivo, quando a administradora de consórcios encontra-se em dificuldades financeiras e tem sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central, os consorciados sofrem enormes prejuízos, já que seus créditos contra a administradora não têm qualquer privilégio, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os créditos trabalhistas e fiscais — salienta o senador na justificativa da sua proposta.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Álvaro vê indícios suficientes para a cassação de Eurico

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) depôs ontem na Corregedoria da Câmara no processo contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) por ofensas aos membros da CPI do Futebol e ao Senado. O corregedor Severino Cavalcanti (PPB-PE) deverá apresentar relatório sobre o caso nos próximos dias, mas o processo de cassação aberto a pedido dos deputados petistas Geraldo Magela e Pedro Celso será conduzido pelo novo corregedor, a ser eleito em 14 de fevereiro. Álvaro Dias, que preside a CPI do Senado, lamentou a morosidade na análise do pedido de cassação, que, segundo ele, é justificado pelos fortes indícios de irregularidades que pesam contra o dirigente do Vasco da Gama.

— O processo pelas agressões ao Senado só pode se somar ao pro-



Álvaro Dias lamentou morosidade na análise do pedido de cassação

cesso mais contundente, que é o de cassação. O primeiro não pode servir para adiar o segundo — afirmou o senador.

Álvaro Dias compareceu, acompanhado do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), à Corregedoria da Câmara, segundo ele, para “recolocar a cronologia dos fatos”. De acordo com o senador paranaense, antes mesmo da instalação da comissão, Eurico Miranda já fazia agressões verbais aos senadores e ao Senado. Em sua defesa, o deputado argumentou que havia sido motivado por ofensas dos senadores. A hipótese foi refutada por Álvaro Dias, que entregou a Severino Cavalcanti coletânea de reportagens comprovando que os comentários do dirigente precederam o início dos trabalhos da comissão do Senado.

Projeto que limita armas será votado depois da convocação

Presidente em exercício da CRE, Pedro Piva faz apelo aos senadores para que decidam sobre a matéria, contra o relatório ou a favor dele

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), afirmou que os projetos de lei que limitam a comercialização de armas de fogo em todo o território nacional não serão mais analisados pela CRE durante a convocação extraordinária.

Lamentando a falta de *quorum* na reunião de ontem, Piva, que está no exercício da presidência da CRE — o presidente, senador José Sarney (PMDB-AP), encontra-se em licença para tratamento de saúde —, considera inoportuno convocar nova reunião para a próxima terça-feira, véspera da eleição da nova Mesa da Casa.

Na CRE, Piva também é relator da matéria, que já tem parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de acordo com rela-



Pedro Piva diz que está ansioso para que seu relatório seja votado logo

tório do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ao contrário do que foi proposto por Calheiros, Piva considera a proibição da venda de armas inconstitucional e propõe que apenas o porte seja limitado a policiais e às Forças Armadas.

— Estou ansioso para que o relatório seja votado logo. Contrários ou favoráveis ao meu relatório, os senadores devem comparecer à próxima reunião para votar a matéria — apela Piva. Os projetos tramitam em caráter terminativo na CRE.

Senadores analisarão novas penas contra administração

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência para o projeto de lei que altera os códigos Penal e de Processo Penal com o objetivo de tipificar e alterar penas e processo judicial de crimes contra a administração pública. Com a decisão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou a inclusão da matéria na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O projeto aprovado pela Câmara recebeu substitutivo, elaborado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), alterando a proposta de autoria do Executivo. Caso o Plenário do Senado mantenha as modificações, a matéria deve retornar à Câmara para nova apreciação dos deputados.

A proposta aumenta a pena de violação de sigilo funcional, para um a quatro anos de reclusão, e criminaliza a revelação e o uso de informações privilegiadas. O projeto altera ainda o Código de Pro-



Cabral é autor do substitutivo ao projeto aprovado pela Câmara

cesso Penal, ao permitir que o juiz afaste, por até quatro meses, o funcionário público acusado, sem prejuízo de sua remuneração.

Ao propor essas medidas, a União pretende coibir o vazamento e o uso indevido de informações sigilosas por servidores públicos para obter vantagens indevidas. Pelo projeto, as penalidades atribuídas a esses crimes alcançam tanto o funcionário que infringe o dever de discrição quanto o beneficiário da infração.

O substitutivo de Cabral define o crime de improbidade, que inclui a utilização de material ou serviços pagos com dinheiro público para promoção pessoal ou de terceiros. A pena sugerida por Cabral nesse caso é de seis meses a dois anos de detenção. Essa também é a punição prevista para quem retardar o cumprimento de mandado ou decisão judicial, sem justificativa. O projeto estabelece ainda a detenção, de seis meses a três anos, para quem cometer abuso de poder com uso de violência.

CCJ vai examinar hoje projeto que uniformiza mandatos no Judiciário

Em reunião marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que uniformiza o mandato dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro, para permitir uma melhor aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator é o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Segundo Alcântara, os administradores dos tribunais devem ter mandatos que coincidam com o ano fiscal, ou seja, começar em 1º de janeiro e terminar em 31 de dezembro. A proposta, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, cria regras de transição: os mandatos que acabarem depois de 1º de fevereiro serão seguidos de mandatos tampões, para os quais será permitida a reeleição.

Essa regra seria aplicada, por exemplo, ao mandato do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), cujo mandato se encerra em maio. Assim, o mandato do ocupante, quando a lei for sancionada, seria estendido, por meio de um mandato tampão, até, no

máximo, o primeiro dia de fevereiro do ano seguinte.

Os senadores da CCJ também devem votar o relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável ao projeto que elimina as inconstitucionalidades da Lei Orgânica da Seguridade Social, possibilitando que administradores públicos federais, estaduais e municipais que atrasarem ou deixarem de recolher contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sejam punidos.

O terceiro item da pauta da comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), é o projeto de lei do governo que permi-

te a contratação de pessoas portadoras de deficiência por intermédio de entidades beneficentes de assistência social especializadas. A matéria já foi aprovada pela Câmara e o relator é o senador Iris Rezende (PMDB-GO).

De acordo com o projeto, a inserção de pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ocorrerá por meio de “colocação competitiva, colocação seletiva ou promoção do trabalho por conta própria”. Cada uma das situações é definida na proposta e pode ser aplicada, desde que cumprida a legislação trabalhista.



Ramez Tebet é relator do projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal

Eduardo: Tocantins cumpre Lei de Responsabilidade Fiscal

Despesas com funcionalismo no estado consomem apenas 37,23% da arrecadação, "o menor percentual de comprometimento observado no país", segundo dados citados pelo senador



Eduardo Siqueira Campos diz que o Tocantins está reforçando a capacidade de investimento próprio

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que o Tocantins está seguindo as regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou os gastos com pessoal em 60% da receita líquida estadual. Segundo informou, as despesas com funcionalismo no estado consomem apenas 37,23% da arrecadação, "o menor percentual de comprometimento observado no país".

Esse baixo índice de gastos com pessoal pôde ser alcançado, de acordo com o senador pefelista, graças

ao enquadramento dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público do Tocantins às exigências da lei. Enquanto o pagamento dos servidores compromete 31,16% dos recursos do Executivo, as despesas do Legislativo, Judiciário e Ministério Público situam-se em 2,37%, 2,7% e 1,23% da receita líquida, respectivamente.

Ao exercer um severo controle de gastos, o governo do Tocantins tem conseguido aumentar sua capacidade de investimento, aplican-

do nesse setor quase 60% da receita líquida, disse Eduardo. "Aliada ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação, a política de contenção de despesas vem reforçando a capacidade de investimento próprio do estado, que também tem atraído investidores pela solidez de sua economia e capacidade de honrar seus compromissos", afirmou.

A situação privilegiada das finanças estaduais no Tocantins só se aproxima da dos estados do Amazonas, Ceará e Bahia, que mantêm

os gastos com funcionalismo ajustados aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* e citada pelo senador. Com base em dados fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelas secretarias estaduais da Fazenda, o jornal revelou, segundo o senador, que 21 estados brasileiros descumprem, no todo ou em parte, os percentuais de despesa fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Índios Apinayé
6h30 — *Debate* — Senador Geraldo Althof e Fátima Moura, coordenadora de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, falam sobre o tema
7h30 — *Entrevista* — Oded Grajew, da Fundação Abrina, fala sobre a mídia no Fórum Social Mundial
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — As emoções e o coração — parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Índios Krahô
9h30 — *Entrevista* — Senador Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
12h — *Cores do Brasil* — Tiradentes
12h30 — *Entrevista* — Senador Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
13h — *As Cores do Brasil* — Índios Krahô
13h30 — *Debate* — Senador Geraldo Althof e Fátima Moura, coordenadora de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, falam sobre o tema
14h30 — Sessão Plenária — (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Oded Grajew, da Fundação Abrina, fala sobre a mídia no Fórum Social Mundial
19h — *As Cores do Brasil* — Índios Apinayé

19h30 — *Debate* — Senador Geraldo Althof e Fátima Moura, coordenadora de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, falam sobre o tema
20h30 — *Entrevista* — Senador Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária — (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Constituição e Justiça
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado Federal (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Projeto de Ricardo Santos modifica distribuição dos royalties do petróleo

Preocupado em gerar um desenvolvimento econômico mais uniforme ao redor das cidades beneficiadas com o pagamento de royalties pela extração do petróleo, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto que estende esse direito: não só os municípios confrontantes à plataforma continental receberiam o pagamento de royalties, mas também as áreas geoeconômicas que os circundam, de forma que os municípios vizinhos seriam beneficiados.

O objetivo do projeto de Ricardo Santos é evitar o desequilíbrio gerado com a alta receita de royalties para alguns poucos municípios, enquanto as áreas ao seu redor são ignoradas. Se aprovada, a nova redação da lei as incluirá como bene-



Ricardo Santos quer evitar desequilíbrio gerado por altas receitas para poucos municípios

ficiárias: 26,5% dos royalties serão pagos aos municípios confrontantes à exploração de petróleo e também a suas respectivas áreas geoeconômicas. Pela redação atual, esses municípios detêm, sozinhos, 22,5% da receita proveniente dos royalties.

Para destinar os recursos a mais áreas, o projeto redistribui os pagamentos pela extração de petróleo. A porção repassada aos estados diminui de 22,5% para 20%, e o montante repassado aos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural diminui de 7,5% para 6%.

O projeto, que se propõe a corrigir as distorções que têm sido observadas, modifica também a distribuição do fundo de participação especial, que é pago no caso de grande rentabilidade e aumento das atividades petrolíferas. Ricardo Santos acrescenta em 5% o percentual repassado aos municípios confrontantes à plataforma continental, retirando parte da receita que seria destinada aos estados.

Lúcio Alcântara quer incluir na CLT as lesões por esforço repetitivo

O Senado deve votar este ano projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a CLT para reconhecer e prevenir as lesões por esforço repetitivo (LER) e as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (Dort). Aguardando decisão na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto prevê a assistência e reabilitação dos trabalhadores afetados por essas enfermidades.

Lúcio Alcântara disse que seu principal objetivo é trazer à consciência do Legislativo e da sociedade a gravidade do problema de saúde pública representado por essas doenças no Brasil. Ele quer também conchamar trabalhadores, empresários, governo e parlamentares a tomarem as providências que a situa-



Lúcio Alcântara adverte sobre a gravidade do problema das LER e Dort no Brasil

ção exige.

O projeto sujeita as duas doenças a sistema especial de vigilância epidemiológica, situando-as entre as causadas por operações insalubres. Entre as causas das LER e das Dort estão a manutenção de uma mes-

ma posição do corpo ou dos membros por tempo prolongado; a repetição de um mesmo padrão de movimento; um ritmo de trabalho penoso; ambientes inadequadamente iluminados; ou a pressão excessiva por produtividade.

Conforme Alcântara, as LER e as Dort são hoje as mais frequentes doenças do trabalho em todo o mundo e devem ser consideradas uma epidemia em expansão no Brasil, onde já constituem a segunda causa de afastamento do trabalho. Ele informou que as principais vítimas são trabalhadores entre 20 e 45 anos de idade, que adquirem a doença por realizarem esforços repetitivos, agravados por tensão e medo de perder o emprego.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Para Suplicy, FHC deve expor seu plano de governo ao Congresso

Senador espera que novos presidentes do Senado e da Câmara convidem chefe do Executivo para ler sua mensagem anual, detalhando situação do país e apresentando as soluções possíveis

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu, em plenário, que o presidente Fernando Henrique Cardoso compareça ao Congresso, no dia 15 de fevereiro, para ler sua mensagem anual detalhando a atual situação do país e os planos de governo para este ano. Os novos presidentes eleitos da Câmara e do Senado iniciariam bem seus mandatos se oficializassem esse convite, afirmou ontem o senador.

Suplicy lembrou que o ex-presidente José Sarney tomou essa iniciativa no último ano de seu mandato e, embora estivesse com baixos índices de popularidade, foi aplaudido de pé pelos parlamentares. O senador pelo PT é autor de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que obri-



Segundo Suplicy, governo não deve mostrar-se satisfeito com os índices de crescimento previstos

ga o presidente da República a vir ao Congresso no início de cada ano legislativo.

Para Suplicy, o governo não pode mostrar-se satisfeito com os atuais índices de crescimento do país – 4% em 2000 e 4,5% em 2001. Ele afirmou que, diante do pouco que cresceu nas décadas de 80 e

90, o Brasil precisaria apresentar índices como os da China, Índia ou Coréia, quase 10% anuais. “Pior do que isso: segundo dados da ONU, continuamos campeões em desigualdades sociais, somente atrás de Serra Leoa e da República Centro-Africana”, disse.

Em aparte, o senador Edison



Ademir Andrade: jovens do Movimento Focolares defendem renovação espiritual e social

Ademir elogia carta de jovens que defendem fraternidade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou ontem a visita que recebeu de um grupo de jovens do Movimento dos Focolares e leu em plenário a carta da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em junho do ano passado no Japão. Ademir explicou que o movimento teve início durante a II Guerra Mundial e busca difundir a filosofia da unidade e da fraternidade universal, inspirada nos preceitos cristãos.

Segundo o senador, o movimento dos Focolares conta no mundo todo com 111 mil membros e, com os simpatizantes, o total de participantes chega a 2,2 milhões pessoas. No Brasil, o movimento já está presente há 37 anos, desde sua primeira sede no Recife, em 1959, e soma 15 mil membros e aproximadamente 284 mil simpatizantes em 45 centros.

– O movimento dos Focolares é uma nova corrente de espiritualidade que suscita uma filosofia de renovação espiritual e social: a espiritualidade da unidade, de cunho tipicamente comunitário. É exatamente a difusão mundial desses valores que provoca a queda do bairrismo, xenofobismo e racismo, pois irá ser a crença do amor recíproco que unificará os homens, transformando as diversidades culturais e religiosas em um novo padrão para a sociedade, influenciando, pois, a economia, o trabalho, a política, a justiça, a cultura da comunicação social – explicou.

Ademir leu a carta do encontro no Japão, em que os jovens Focolares apontam como primeiro passo para construir um mundo de paz o perdão da dívida externa dos países pobres. Os jovens defendem ainda o desarmamento, a descaracterização comercial do esporte, o combate às drogas, o respeito à natureza e a difusão do conhecimento.

Preocupado com ação de traficantes, Jucá pede segurança para Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou ontem que encaminhou ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público e à Polícia Federal ofício que solicita providências para garantir a segurança da população de Roraima. Ele mencionou denúncias da imprensa registrando que um preso por tráfico de drogas estaria treinando agentes integrantes do grupo de elite da Polícia Militar no estado.

Romero Jucá disse que o governo do estado e a Secretaria de Segurança de Roraima não comentaram o episódio, sob a alegação de que não haviam to-

mado conhecimento das notícias publicadas pela imprensa.

– É um fato estupefacente, que causa a repulsa da sociedade de Roraima. O governo do estado e o Ministério da Justiça precisam se pronunciar sobre o assunto, para não deixar essa lacuna que intranquiliza toda a sociedade.

Romero Jucá salientou que tomou a iniciativa de encaminhar o ofício “com o firme propósito de defender a população de Roraima”. Ele solicitou, ainda, a transcrição nos Anais do Senado das matérias publicadas pela imprensa do seu estado sobre o fato.



Jucá citou denúncias de que um preso por tráfico de drogas estaria treinando integrantes da PM



Rocha congratulou os moradores de Macapá pela passagem do 243º aniversário

Rocha presta homenagem póstuma a ex-prefeito e escritor

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou o falecimento recente de dois ilustres filhos do estado, o ex-prefeito Adelino Gurjão, de Tartarugalzinho, e o militante do PDT Oswaldino Rayol, escritor, cientista político e filósofo. Ele salientou que falava sobre as personalidades ilustres do estado num momento em que a imprensa somente tem registrado fatos ligados ao narcotráfico, dando ao brasileiro a impressão de que o Amapá é terra de traficantes, “o que não é verdade”, afirmou.

O senador lembrou que o falecimento brusco de Rayol se

deu no último dia 1º de fevereiro, antes que fosse lançado seu novo livro *Amor e Solidão* pela Editora Alfa-Ômega. Ele manifestou a sua certeza de que o escritor, já conhecido no estado pelo seu livro *Utopia da Terra*, será consagrado nacionalmente depois desse livro.

Rocha também congratulou o povo de Macapá, capital do estado do Amapá, que completou 243 anos de fundação no último dia 4 de fevereiro. “Gostaria que os brasileiros conhecessem melhor essa cidade belíssima, a única no país que é cortada pela linha do Equador e banhada pelo rio Amazonas”, disse.

EMBARGO COMERCIAL

A decisão do governo canadense de interromper as importações de carne bovina brasileira, imediatamente acompanhada pelos Estados Unidos e pelo México, provocou grande debate ontem em plenário. Senadores afirmaram que não aceitam o

argumento invocado para anunciar o embargo – o de que recairia sobre o rebanho bovino nacional a suspeita de incidência da doença da vaca louca – e também demonstram insatisfação com o tratamento dado ao tema pelo governo brasileiro.

Senado convoca ministros da Agricultura e das Relações Exteriores

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, a convocação dos ministros da Agricultura e do Abastecimento, Pratiní de Moraes, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestarem informações sobre o embargo comercial promovido pelo Canadá, Estados Unidos e México contra a carne bovina brasileira.

Segundo o senador Osmar Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de convocação de Pratiní de Moraes, a decisão dos três países, apesar de tomada a pretexto de defender os rebanhos daqueles países de doenças, não apresenta “nenhuma

justificativa técnica que explique a medida” de restrição ao produto brasileiro.

A convocação do ministro Celso Lafer foi requerida pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Além de pretender que explicações sejam dadas ao Plenário sobre o embargo à carne bovina brasileira, o senador espera que o ministro fale sobre os subsídios concedidos pelo governo canadense à sua indústria de aviação.

O senador capixaba enfatizou que não existe sequer suspeita sobre a existência da doença da vaca louca no rebanho bovino brasileiro.

Saturnino: plano é convencer o país a entrar mais cedo na Alca

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) acredita que o objetivo da proibição da importação de carne bovina brasileira para a América do Norte é forçar o Brasil a ingressar na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), “sem impor resistência e mais cedo do que o previsto, em 2003 e não em 2005”.



Para Saturnino, déficit comercial decorre da abertura “indiscriminada”

Saturnino lembrou que “nunca ninguém levantou suspeita de doença da vaca louca em rebanho brasileiro”. Para ele, a acusação dos países do Nafta é manobra para impedir que a carne brasileira ganhe mercado internacional.

O ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia deveria, na opinião de Roberto Saturnino, explicar por que entregou o cargo pouco antes da crise comercial com o Canadá. O atual ministro, Celso Lafer, quando comparecer ao Senado, deve ser questionado sobre o acontecimento. A opinião foi apoiada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). “O

ministro Lampreia deve informações à nação”, disse Simon.

Na avaliação de Saturnino, a guerra econômica com o Nafta torna-se ainda mais grave diante da fragilidade da economia interna. Ele criticou a política econômica do governo, que deixou o Brasil numa “armadilha”. A abertura econômica “indiscriminada”, opinou, trouxe para o país empresas que apenas montam produtos, usando insumos importados, situação que resulta em déficit na balança comercial.

Em aparte, Geraldo Melo (PSDB-RN) sugeriu que o Brasil investigue os interesses comerciais de empresas canadenses que possam explicar os motivos do embargo. Maguito Vilela (PMDB-GO) convocou o Senado e a Câmara a se engajarem na luta contra o embargo. Casildo Maldaner (PMDB-SC) acredita que os Estados Unidos estão usando o Canadá como instrumento para fazer o Brasil ceder e ingressar na Alca.



Os senadores querem ouvir explicações dos ministros Celso Lafer e Pratiní de Moraes

Hartung: governo demorou a informar sobre doença

O governo tem cometido uma sucessão de erros na condução da política de comércio exterior, afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PPS-ES), ao defender a aprovação do requerimento em que solicita a convocação do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para vir ao Senado. A vinda do ministro foi aprovada por unanimidade.

O objetivo de Hartung é que o ministro informe que medidas estão sendo tomadas para solucionar o impasse comercial que culminou com a suspensão da importação de carne bovina brasileira pelo Canadá. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) também apresentou requerimento de convocação do ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, com o mesmo propósito.

– O editorial de hoje de *O Estado de S. Paulo* e análises feitas pelo *site Primeira Leitura* deixam claro que o governo acabou fortalecendo a postura do Canadá, ao não responder ao governo daquele país quando este lhe pediu, em 1998, informações sobre o controle nacional da encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como “doença da vaca louca” – afirmou Hartung.

Ele lembrou que o Canadá é o país responsável, na área do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), pela certificação sanitária de produtos sul-americanos e que suas decisões são acompanhadas por EUA e México.



Paulo Hartung acha que o atraso facilitou a ação do Canadá

Ele ressaltou o fato de ser do conhecimento geral que não há qualquer suspeita da incidência da doença da vaca louca no país. “A decisão do Canadá é pura retaliação, em função da disputa envolvendo a brasileira Embraer e a canadense Bombardier – avaliou.

Osmar: exame afasta suspeita de contaminação

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que o Ministério da Agricultura precisa rever seus procedimentos em relação à exportação de carne. Ele é autor do requerimento de convocação do ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, que deverá explicar as medidas tomadas pelo governo em relação ao boicote do Canadá, EUA e México à importação de carne bovina brasileira.

Osmar Dias leu matéria da *Gazeta Mercantil* segundo a qual o Canadá pediu as informações sobre o gado nacional há dois anos “e só agora o governo está tomando as providências de enviá-las e ainda em



Na opinião de Osmar, ministério tem que mudar procedimentos

português”. Na opinião do senador, isso cria mais dificuldades, já que o Canadá pode argumentar que vai precisar de mais um tempo para traduzir as informações.

Para o senador, o governo tem se limitado a adotar procedimentos burocráticos e, “se utilizar refutação técnica”, poderá derrubar facilmente a tese de que o gado brasileiro pode estar contaminado pela doença da vaca louca.

Ele repetiu que o rebanho nacional está protegido porque o governo tomou medidas eficazes para que o gado não contraísse a doença da vaca louca. E informou que o pró-

prio Departamento de Agricultura do Canadá já deu declaração de que o gado brasileiro é sadio.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que os técnicos do Ministério da Agricultura estão demonstrando que são amadores. Ex-ministro da Agricultura, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) considerou que falta ao país um trabalho articulado nessa área. Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que só o governo não vê que o ato do Canadá é de retaliação. Para Roberto Requião (PMDB-PR), a proteína degenerativa *scrapie*, que origina a doença da vaca louca, “contaminou algumas inteligências brasileiras como os cérebros que passaram a pensar mais no neoliberalismo do que no Brasil”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Lauro Campos